



3M-CONTABILIDADE

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2020



IPTI

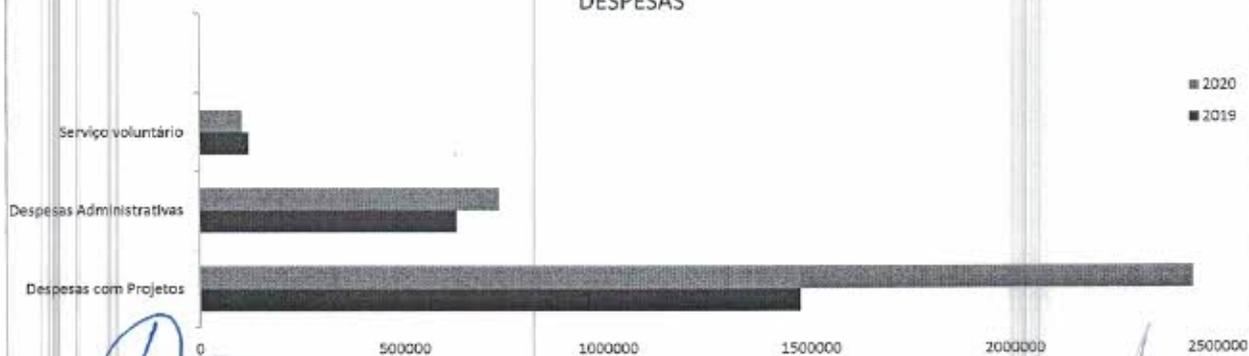
CLIENTE: Instituto de Pesquisas em Tecnologia e Inovação

CNPJ: 05.929.852/0001-81

RECEITAS



DESPESAS



Rodrigo de Maio Almeida
 Rodrigo de Maio Almeida
 Presidente
 CPF 275.090.818-31

Mônica Jesus dos Santos
 Mônica Jesus dos Santos
 Contadora - CRC/SE 004124/O-2

INSTITUTO DE PESQUISA EM TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - IPTI

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(Em reais - R\$)

ATIVO	Reapresentado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Reapresentado	
	31/12/2020	31/12/2019		31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	4.766.615	952.113	Fornecedores	5.307	8.371
Impostos a recuperar	-	428	Obrigações Trabalhistas	77.751	22.635
Contas a receber	-	-	Obrigações Tributárias	11.372	2.604
Créditos de Convênios	2.971.936	642.260	Recursos de Projetos e Convênios	7.124.611	566.286
Adiantamentos a fornecedores	-	780			
Despesas antecipadas	-	-			
TOTAL DOS ATIVOS CIRCULANTES	7.738.551	1.595.582	TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	7.219.041	599.895
NÃO CIRCULANTE			PATRIMÔNIO SOCIAL LÍQUIDO		
Imobilizado	218.491	255.454	Patrimônio Social	1.251.144	2.766
TOTAL DOS ATIVOS NÃO CIRCULANTES	218.491	255.454	Superávit (Deficit) acumulado	(513.142)	1.248.522
			TOTAL DO PATRIMÔNIO SOCIAL LÍQUIDO	738.001	1.251.145
			TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO SOCIAL LÍQUIDO	7.957.042	1.851.040
TOTAL DO ATIVO	7.957.042	1.851.040			

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Mônica Jesus dos Santos
Mônica Jesus dos Santos
 CONTADORA
 CPF: 449.921.225-15
 CRC/SE 4124/0-2

Rodrigo de Maio Almeida
Rodrigo de Maio Almeida
 Diretor Presidente
 Instituto De Pesquisas Em Tecnologia E Inovação-IPTI

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

(Em reais - R\$)

	<u>31/12/2020</u>	Reapresentado <u>31/12/2019</u>
RECEITAS		
Receita de Prestação de Serviços	-	25.000
Receita de Doações	1.545.017	2.066.141
Receita de Taxa de Administração de Projetos	151.290	18.750
Receita de Serviço Voluntário	104.453	119.411
Receita de Convênio/Projetos/Prêmios	966.587	483.620
RECEITA BRUTA	<u>2.767.348</u>	<u>2.712.921</u>
Impostos sobre Venda de Serviços (-)	-	(1.500)
SUPERÁVIT BRUTO	<u>2.767.348</u>	<u>2.711.421</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Despesas Administrativas	(460.268)	(513.882)
Serviço voluntário	(104.453)	(119.411)
Despesas com Projetos	(2.440.505)	(1.473.674)
Despesas com Pessoal	(272.862)	(114.294)
Despesas tributárias	(3.375)	(7.607)
Outras (receitas) despesas	-	-
	<u>(3.281.463)</u>	<u>(2.228.868)</u>
SUPERÁVIT LÍQUIDO/(DÉFICIT) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	<u>(514.115)</u>	482.553
RESULTADO FINANCEIRO		
Receltas Financeiras	11.807	7.305
Despesas Financeiras	(10.835)	(40.417)
	973	(33.112)
SUPERÁVIT LÍQUIDO/(DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	<u>(513.142)</u>	<u>449.441</u>

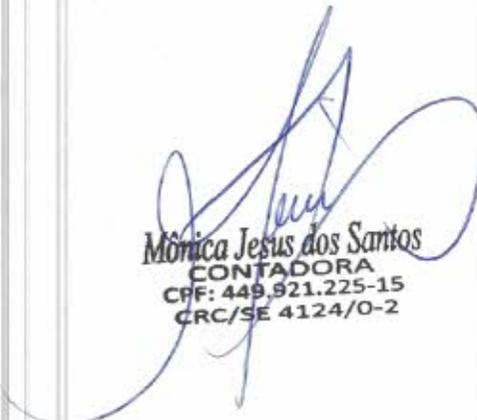
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Mônica Jesus dos Santos
Mônica Jesus dos Santos
 CONTADORA
 CPF: 449.921.225-15
 CRC/SE 4124/0-2

Rodrigo de Maio Almeida
Rodrigo de Maio Almeida
 Diretor Presidente
 Instituto De Pesquisas Em Tecnologia E Inovação-IPTI

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em reais - R\$)

		Superávit (déficit) acumulado	Reapresentado Patrimônio líquido total
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2019	2.766	798.936	801.702
Superávit do exercício	-	449.441	449.441
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	2.766	1.248.377	1.251.143
Capitalização de resultados acumulados	1.248.378	(1.248.377)	-
Déficit líquido do exercício	-	(513.142)	(513.142)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	<u>1.251.144</u>	<u>(513.144)</u>	<u>738.001</u>


Mônica Jesus dos Santos
CONTADORA
CPF: 449.921.225-15
CRC/SE 4124/O-2


Rodrigo de Maio Almeida
Diretor Presidente
Instituto De Pesquisas Em Tecnologia E Inovação-IPTI

INSTITUTO DE PESQUISA EM TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - IPTI

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em reais - R\$)

	Representado	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit/(Deficit)do exercício	(513.142)	449.441
Ajustes para reconciliar o sperávit do exercício com o caixa gerado pelas nas atividades operacionais:		
Depreciação	58.863	57.663
Resultado na baixa de imobilizado	-	3.520
Juros sobre empréstimos	-	29.121
Aumento (diminuição) nos ativos:		
Impostops a Recuperar	428	-
Contas a receber		181.606
Adiantamento de fornecedores	780	(550)
Despesas antecipadas		6.027
Aumento (diminuição) nos passivos:		
Fornecedores	(3.064)	(5.956)
Obrigações trabalhistas	55.116	13.946
Obrigações tributárias	8.768	2.310
Recursos de projetos e convênios	4.231.720	437.141
Juros pagos	-	(29.121)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>3.839.469</u>	<u>1.145.143</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado	<u>(24.967)</u>	<u>(40.727)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(24.967)</u>	<u>(40.727)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captação de empréstimo	-	90.000
Pagamento de empréstimos	-	<u>(298.578)</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	-	<u>(208.578)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>3.814.502</u>	<u>895.838</u>
Caixa e equivalentes no início do exercício	952.113	56.275
Caixa e equivalentes no final do exercício	4.766.615	952.113
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>3.814.502</u>	<u>895.838</u>

Mônica Jesus dos Santos
CONTADORA
CPF: 449.921.225-15
CRC/SE 4124/0-2

Rodrigo de Maio Almeida
Diretor Presidente
Instituto de Pesquisas em Tecnologia e Inovação - IPTI

INSTITUTO DE PESQUISAS EM TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - IPTI

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

1. INFORMAÇÕES GERAIS

O Instituto de Pesquisas em Tecnologia e Inovação - IPTI ("Associação" ou "IPTI") pessoa jurídica de direito privado, de natureza sócio - cultural e interesse coletivo, sem fins lucrativos, foi constituído na forma de "Associação" com prazo de duração indeterminado em setembro de 2003. A Associação tem por objeto social promover continuamente um ambiente favorável à pesquisa e a inovação, voltados, sobretudo, à promoção de desenvolvimento social e econômico sustentável.

As áreas prioritárias de pesquisa e desenvolvimento da Associação são educação, saúde e economia criativas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, BASE DE ELABORAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Associação foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (CPC PME (R1)) emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade, e com a interpretação para entidades sem fins de lucros - ITG 2002 (R1).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Moeda Funcional e Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real (R\$), a moeda do ambiente econômico no qual a Associação atua ("a moeda funcional").

2.3. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.4. Instrumentos financeiros

Conforme determina o pronunciamento técnico CPC PME (R1), a IPTI optou pelas aplicações das disposições integrais das seções 11 e 12, em sua totalidade, na escolha de sua política contábil sobre instrumentos financeiros. Em 31 de dezembro de 2019, a IPTI possui somente instrumentos financeiros básicos. Desta forma, a seção 12 do referido pronunciamento torna-se não aplicável, haja visto referir-se a outros instrumentos financeiros mais complexos.

Classificação

A seção 11 do pronunciamento técnico CPC PME (R1) exige o método do custo amortizado para todos os instrumentos financeiros básicos.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou contratados. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os instrumentos financeiros compreendem o caixa e equivalentes de caixa.

Passivo financeiro

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os passivos financeiros compreendem as contas a pagar e estes são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual a Associação se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A IPTI baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

São avaliadas pelo custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, quando aplicável. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de liquidez, cujas taxas são compatíveis com as de mercado.

2.6. Contas a receber

Representadas pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja necessário, a provisão para perda estimada em créditos de liquidação duvidosa ("PECLD"), cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, conforme método de alocação exigido de acordo com o pronunciamento técnico CPC 48. A PECLD, quando aplicável, é constituída com base no histórico de perdas, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não apresentarem um efeito relevante nas demonstrações financeiras.

2.7. Outras contas a receber

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

2.8. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo

os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou duração do contrato, nos casos em que não há a opção de compra.

Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

Anos

Móveis e utensílios	10
Veículos	5
Máquinas e Equipamentos	10
Instalações	10
Embarcações e Calaques	5
Aparelhos de comunicação	10
Equipamentos de informática	5

2.9. Recursos vinculados a projetos

São registrados em conta de passivo circulante em contrapartida dos numerários depositados em contas bancárias (corrente e aplicação), não afetando o resultado do exercício.

Os saldos remanescentes correspondem à soma dos recursos recebidos, acrescidos de eventuais receitas de aplicações financeiras, e ainda não aplicados nos projetos.

As principais aplicações nos projetos, referem-se a gastos com pessoal, encargos sociais, provisões para contingências trabalhistas e notas fiscais de compra de materiais e serviços.

2.10. Outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.11. Provisão para risco tributários, cíveis e trabalhista

Reconhecidas quando a Associação tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Associação.

2.12. Apuração do resultado – receitas e despesas

As receitas oriundas de contribuições são registradas conforme determina a ITG 2002 (R1) – Entidade sem finalidade de lucros, mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos, momento que são consideradas realizadas. Todas as demais receitas e as despesas necessárias à manutenção das suas atividades são registradas respeitando o princípio contábil da competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. Tanto as receitas quanto as despesas estão segregadas por tipo de atividade na demonstração do resultado.

3. ADOÇÃO DAS NORMAS NOVAS E REVISADAS

3.1. Normas novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

A Administração não espera a adoção de novas normas, emitidas e ainda não aplicáveis, tenham um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras do IPTI em períodos futuros.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa	250	250
Banco	1.179.223	24.172
Aplicações financeiras	3.587.142	927.692
Total	<u>4.766.615</u>	<u>952.113</u>

As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se a Certificados de Depósito Bancário – CDB, destinados substancialmente aos projetos.

5. CRÉDITOS DE CONVÊNIOS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Contrato de gestão SEED 075/2015 (a)	-	515.093
Contrato de gestão SEDETEC 01/2016 (b)	-	73.614
Projeto Baião (c)	-	4.156
Projeto Legados (d)	-	49.397
Projeto TOM-COM (e)	13.500	-
Projeto SYNAPSE -PETROBRÁS (f)	2.958.436	-
Total	<u>2.971.936</u>	<u>642.260</u>

(a) O Contrato de Gestão SEED n.º 075/2015 é um Contrato de Gestão celebrado entre a Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura do Estado de Sergipe e o IPTI, com o objetivo de desenvolvimento e reaplicação de tecnologias sociais voltadas à melhoria das condições de ensino e aprendizagem de português e matemática para ensino fundamental em escolas da rede estadual e municipal do Estado. Para execução deste contrato, ficou estabelecido o valor total de R\$ 7.464.774,92, cujo repasse vem sendo efetuado por parcelas ao longo do período do contrato que é de dezembro de 2015 a janeiro de 2021.

(b) O Contrato de Gestão SEDETEC n.º 001/2016 é um Contrato de Gestão celebrado entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia do estado de Sergipe e o IPTI, com o objetivo de estabelecimento de parceria entre o Poder Público Estadual e o IPTI para empregar o conhecimento científico e tecnológico para conceber e produzir tecnologias sociais, para as diversas instâncias do Governo do Estado de Sergipe, que contribuam com políticas

públicas vigentes a partir das experiências desenvolvidas e sistematizadas em Santa Luzia do Itanhy, através da celebração de parcerias e/ou da prestação de serviços com órgãos do poder público estadual. Para execução deste contrato, ficou estabelecido o valor total de R\$ 958.568,00, cujo repasse vem sendo efetuado por parcelas desde ao longo do período do contrato que é de dezembro de 2016 a outubro de 2020.

- (c) O projeto Baião é um Convênio de Cooperação Técnica celebrado entre o Instituto Afrânio Affonso Ferreira. O projeto está baseado em aulas semanais de formação nos instrumentos que compõem o baião tradicional (sanfona, zabumba e triângulo), cujo o valor total é de R\$ 26.400,00, sendo liberado em parcelas ao longo do projeto que foi no período de novembro de 2018 a fevereiro de 2020.
- (d) Projeto Legados é um Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre a Fundação Vale e o IPTI, com o objetivo de realização do projeto Legados na área de Educação no município de Bacabeira, no Estado do Maranhão que visa promover a formação de professores, gestores escolares e coordenadores pedagógicos com foco na alfabetização e no letramento em Língua Portuguesa e Matemática de crianças de 1º e 3ºano do ensino fundamental da rede pública de ensino com engajamento dos recursos pedagógicos da tecnologia, criando condições e competências locais para reaplicação em outros municípios maranhenses. O Termo é no valor de R\$ 1.317.300,00, cujo desembolso é em 08 parcelas. O período deste termo é de junho de 2019 a maio de 2021.
- (e) O Projeto TOM-COM é um Termo de Fomento celebrado entre o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santa Luzia do Itanhy e o IPTI, com o objetivo de construir uma tecnologia social que promova melhoria na qualidade dos serviços prestados pelos Conselhos de Direitos e Tutelares e sistematizar esta experiência para possibilitar futuras re-aplicações em outros municípios. O Termo é no valor de R\$ 256.500,00. O período deste termo é de 11 meses, contados a partir da assinatura em 19 de fevereiro de 2019. Até o final do exercício foi repassado R\$ 243.000,00.
- (f) Convênio que celebram PETROBRAS e o IPTI, para o projeto "SYNAPSE Alfabetização E Educação Infantil, com objetivo de aperfeiçoar e reaplicar tecnologias sociais em alfabetização e em gestão da informação em todas as escolas de Laranjeiras e reaplicar a tecnologia de gestão da informação em outros 14 municípios brasileiros, dos estados de SP, RJ, RN e ES, por um período de 36 meses. O valor total é de R\$ \$3.799.516,88, repasse será 09 parcelas.

6. IMOBILIZADO

	Taxa Média Anual	31/12/2020		31/12/2019
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Móveis, utensílios e instalações	10% a.a.	108.351	(84.798)	23.553
Veículos	20% a.a.	109.708	(65.391)	44.317
Máquinas e equipamentos	10% a.a.	56.634	(45.570)	11.064
Instalações	10% a.a.	5.399	(1.580)	3.819
Embarcações e calaques	20% a.a.	7.950	(7.950)	-
Equipamentos de Informática	20% a.a.	294.196	(203.459)	90.738
Terreno		45.000	-	45.000
Total		627.238	(408.747)	218.491

Taxas de depreciação	Móveis e utensílios 10%	Veículos 20%	Máquinas e equipamentos 10%	Instalações 10%	Embarcações e caiaques 20%	Equipamentos de informática 20%	Terreno	Total
Saldo final 31/12/2019	30.645	66.258	14.622	1.788	-	97.145	45.000	255.458
<u>Em 1º de janeiro de 2020</u>								
Custo	108.351	109.708	56.634	3.039	7.950	271.589	45.000	602.271
Depreciação acumulada	(77.706)	(43.450)	(42.012)	(1.251)	(7.950)	(174.444)	-	(346.813)
Valor contábil líquido	30.645	66.258	14.622	1.788	-	97.145	45.000	255.458
Adições	-	-	-	2.360	-	22.607	-	24.967
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(7.091)	(21.942)	(3.558)	(329)	-	(29.014)	-	(61.934)
Saldo final	23.554	44.316	11.064	3.820	-	90.737	45.000	218.491
<u>Em 31 de dezembro de 2020</u>								
Custo	108.351	109.708	56.634	5.399	7.950	294.196	45.000	627.238
Depreciação acumulada	(84.797)	(65.392)	(45.570)	(1.580)	(7.950)	(203.459)	-	(408.748)
Valor contábil líquido	23.554	44.316	11.064	3.820	-	90.737	45.000	218.491

7. RECURSOS DE PROJETOS E CONVÊNIOS

A Associação celebrou convênios voltados a obtenção de recursos junto ao poder público e a organizações privadas com objetivo de aplicar conhecimento científico e tecnológico em projetos nas áreas de tecnologia, educação, cultura, saúde e economias criativas. Para isso obteve recursos, ainda pendentes de aplicação, dos seguintes projetos e convênios:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>Poder público</u>		
MCTIC (g)	2.180.774	-
Projeto Luca-FMDCA-SLI (h)	160.000	-
Projeto Pense Grande - FMDCA-SLI (i)	200.000	-
Projeto Educação Infantil Fase 3 -FMDCA-SLI (j)	280.000	-
Projeto Segurança Alimentar Nas Escolas - FMDCA-SLI (k)	367.200	
Projeto Cloc Inteligência Artificial- FMDCA-SLI (l)	104.000	
Projeto Arte Naturalista 2021(m)	36.000	
Projeto Criança Esperança (n)	28.627	
Projeto gestão SEDETEC 01/2016 (a)	-	19
Projeto gestão SEED 075/2015 (a)	-	59.502
	<u>3.356.601</u>	<u>59.521</u>
<u>Organizações privadas</u>		
Conselhos (b)	-	87.720
Projeto Baião (a)	-	7.411
Arte, Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Humano ACTDH (c)	4	19
Projeto Legados (a)	17.290	368
TON COM (a)	31	82.823
Projeto Educação Infantil (d)	-	252.000
PLOC (e)	24	646
CLOC Robótica (f)	6.611	52.471
Projeto SYNAPSE - PETROBRÁS (a)	3.736.434	-
Outros projetos	7.616	7.556
	<u>3.768.010</u>	<u>490.617</u>
Total	<u>7.124.611</u>	<u>550.138</u>

- (a) Informações sobre a receita constam na nota explicativa nº5.
- (b) Conselhos é um projeto firmado por Termo de Fomento celebrado entre o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, cujo objeto construir uma tecnologia social que promova a melhoria na qualidade dos serviços prestados pelos Conselhos de Direitos e Tutelares e sistematizar esta experiência para possibilitar futuras re-aplicações em outros municípios. O total de recurso financeiro deste termo foi de R\$ 270.000,00 e o período de execução de janeiro de 2018 a outubro de 2020.
- (c) ACTDH - Arte, Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Humano é um projeto firmado por Termo de Fomento celebrado entre o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, cujo objeto é implantar um programa extra curricular de formação em arte, ciência e tecnologia, que amplie o acesso das crianças e adolescentes a novas experiências perspectivas e que promovam seu desenvolvimento integral. O total de recurso financeiro deste termo foi de R\$ 126.000,00 e o período de execução de janeiro de 2018 a junho de 2019.
- (d) É um projeto firmado por Termo de Fomento celebrado entre o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com recursos da Ambev, cujo o objeto é desenvolver uma tecnologia social para pré-escola, que seja integrada à tecnologia social Synapse gerada para os anos iniciais do ensino fundamental e que também promova o desenvolvimento de habilidades não cognitivas nas crianças atendidas . O total de recurso financeiro deste termo é de R\$ 252.000,00 e período de execução de novembro de 2019 a dezembro de 2020.
- (e) É um projeto firmado por Termo de Fomento celebrado entre o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, cujo objeto foi consolidar um núcleo altamente qualificado de jovens talentos em música (som) e elaborar material e metodologia de reaplicação para que estes jovens possam atuar como disseminadores da arte sonora nas escolas dos seus respectivos povoados. O total de recurso financeiro deste termo é de R\$ 198.000,00 e período de execução de janeiro de 2018 a junho de 2019.

- (f) É um projeto firmado por Termo de Fomento celebrado entre o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, cujo objeto é desenvolver kits educacionais baseados no uso de robôs de baixo custo, operados via tablets, para apoio ao ensino e aprendizado de português e matemática para as séries iniciais do fundamental. O total de recurso financeiro deste termo é de R\$ 243.000,00 e período de execução de janeiro de 2019 a dezembro de 2020.
- (g) Corresponde a três termos de fomento decorrentes de emendas parlamentares, celebrados com a União, por meio do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação-MCTIC, sendo:
- i) Termo de Fomento, decorrente da Emenda Parlamentar n. 23310009 no valor total de R\$ 500.000,00, liberados em parcela única cujo objetivo é "Reaplicar a tecnologia social TAG (sistema informatizado de gestão escolar) e o primeiro módulo da tecnologia social Synapse (metodologia de alfabetização em Português e Matemática) em 2 municípios sergipanos, com baixa qualidade no desempenho dos alunos no ensino fundamental I". O prazo de vigência é de 12 meses;
 - ii) Termo de Fomento, decorrente da Emenda Parlamentar n. 23310014 no valor total de R\$ 500.000,00, liberados em parcela única, cujo objetivo é implantar uma unidade empreendedora responsável pela produção, comercialização e disseminação de técnicas construtivas tradicionais e tecnologias sociais relacionadas a saneamento e segurança alimentar. O prazo de vigência é de 24 meses;
 - iii) Termo de Fomento, decorrente da Emenda Parlamentar n. 41440009, no valor total de R\$ 1.180.000,00, liberados em parcela única. O objetivo do Termo é "Reaplicar e desenvolver tecnologias sociais nas áreas de educação básica e geração de renda, em municípios sergipanos. O prazo de vigência é de 12 meses;
- (h) Projeto Luca-FMDCA-SLI é um projeto firmado por Termo de Fomento celebrado entre o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santa luzia do Itanhy, cujo objeto promover atividades de qualificação de Adolescente talentosos em técnicas de áudio visual, com especial interesse em animação e roteirização. O total de recurso financeiro deste termo é de R\$ 160.000,00, sua vigência é de 12 meses.
- (i) Projeto Pense Grande - Formação Empreendedora é um projeto firmado por Termo de Fomento celebrado entre o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santa luzia do Itanhy, cujo objetivo é construir uma tecnologia social que integra empreendedorismo, educação financeira e inteligência emocional voltada para adolescentes de Santa luzia do Itanhy. O total de recurso financeiro deste termo é de R\$ 200.000,00, sua vigência é de 12 meses.
- (j) Projeto Educação Infantil Fase 3 é um projeto firmado por Termo de Fomento celebrado entre o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santa luzia do Itanhy, cujo objetivo é desenvolver uma tecnologia social para a pré-escola, que seja integrada à tecnologia Synapse gerada para os anos iniciais do ensino fundamental e que promova o desenvolvimento de habilidades não cognitivas nas crianças atendidas. O total de recurso financeiro deste termo é de R\$ 280.000,00, sua vigência é de 12 meses
- (k) Projeto Segurança Alimentar Nas Escolas é um projeto firmado por Termo de Fomento celebrado entre o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santa luzia do Itanhy, cujo objetivo é construir uma tecnologia social que promova segurança alimentar nas escolas de Santa luzia do Itanhy. O total de recurso financeiro deste termo foi de R\$ 367.200,00. Sua vigência é de 12 meses.
- (l) Projeto Cloc Inteligência Artificial é um projeto firmado por Termo de Fomento celebrado entre o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santa luzia do Itanhy, cujo objetivo é promover atividades de qualificação de Adolescente talentosos em programação e Inteligência artificial.
- (m) Projeto Arte Naturalista é um projeto firmado por Termo de Fomento celebrado entre o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santa luzia do Itanhy, cujo objetivo é manter atividades de ensino de ilustração com outras linguagens em artes visuais, visando envolver mais crianças e adolescentes de Santa luzia do Itanhy no projeto e explorar novas oportunidades empreendedoras. O total de recurso financeiro deste termo foi de R\$ 36.000,00. Sua vigência é de 12 meses.
- (n) Projeto Criança Esperança, firmado com a UNESCO - Organização Das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, com a finalidade de Parceria de implementação do projeto " Romanceiros do Itanhy 1a Infância", desenvolvido pelo IPTI e selecionada pelo programa Criança Esperança em 2020.O valor total do recurso é de R\$ 159.040,00 e serão pagos em parcelas no período de dezembro de 2020 a março de 2022.

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

8.01 Patrimônio Social

O patrimônio social é composto pelos superávits e déficits obtidos ao longo do período de existência da Associação.

A Associação, por ser entidade de fins não lucrativos, não distribuirá aos seus associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, parcela de patrimônio ou de receitas, nem vantagens de qualquer espécie a título de participação nos seus resultados ou bonificação.

A Associação registrou um Deficit em 31 de dezembro de 2020 de R\$ 513.142 (superávit de R\$ 449.441 em 2019).

9. RECEITA

9.1 RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Fundo Município assistência social (a)	-	25.000
Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste PRODETUR	-	-
Secretaria de Estado do Turismo SETUR	-	-
Total	<u>-</u>	<u>25.000</u>

(a) Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Indiaroba, Estado de Sergipe - A prestação de serviços para desenvolvimento institucional de três secretarias municipais que coordenam o programa Bolsa Família a partir da reaplicação da Tecnologia Social TAG (apoio a gestão de dados) para fins de melhoria do gerenciamento das condicionalidades.

9.2 RECEITA DE DOAÇÕES

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Exterior	807.734	714.338
Associação Brazilfoundation	-	134.582
Banco JP Morgan	-	220.000
Itaú Unibanco	-	100.000
BAYER SA	380.900	638.431
Fundação Telefônica	44.884	65.000
Cielo S.A.	-	52.827
Eventibrite Bra	-	45.900
Haakon Lorentzen (Filial do Brasil)	-	31.150
Instituto Banese	29.600	18.000
F.A Comunicação	-	10.000
Paypal Brasil Serviços	-	9.604
ELO Serviços S. A	81.600	-
Microsoft do Brasil	40.000	-
General Eletric do Brasil LTDA	30.000	-
Doare Serviços Financeiros	47.980	-
Multiserv Manutenção Predial LTDA	5.000	-
Demais valores	77.320	26.309
Total	<u>1.545.018</u>	<u>2.066.141</u>

As doações recebidas são aplicadas integralmente na realização dos projetos da instituição.

10 TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DOS PROJETOS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
SEED 075/2015	115.205	-
Educação Infantil Fase 2	12.600	-
Projeto TON-CON	12.825	-
Projeto SEDETEC 01/2016	10.660	-
Cloc Robótica	6.600	6.600
Projeto CLOC	-	12.150
Total	<u>151.290</u>	<u>18.750</u>

Receita obtida através de aplicação de percentual sob o andamento dos projetos, os percentuais variam de acordo com o projeto.

11 MENSURAÇÃO DO TRABALHO VOLUNTARIADO

Em atendimento a Resolução CFC, de 21 de setembro de 2012 que aprova a NBC ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros, onde interpreta que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela Associação. O registro dos montantes foi contabilizado nas rubricas de serviço voluntário (receita) e administrativa (despesa) e não altera o déficit do exercício. A mensuração dos trabalhos voluntários de governança foi feita nas informações divulgadas por meio de remuneração dos administradores divulgadas pelo mercado de trabalho.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Articulação internacional	15.600	-
Apoio na reaplicação da tecnologia social	3.440	119.411
Total	<u>19.040</u>	<u>119.411</u>

12 CONVÊNIOS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Projeto Legados-Fundação Vale	620.157	443.960
Receita com prêmios	28.725	30.000
Educação Infantil Fase 2	252.000	-
Projeto Synapse -PETROBRÁS	65.705	-
Projeto Alba FBB	-	9.660
Total	<u>966.587</u>	<u>483.620</u>

(a) Informações sobre a receita constam na nota explicativa nº5 e nº 7

10. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Articulação (a)	236.239	204.937
Serviços pessoas jurídicas	51.282	45.233
Viagens e representações	-	39.020
Divulgação e publicidade	-	10.754
Depreciação	58.863	57.663

Combustíveis e lubrificantes	-	-
Serviços prestados por pessoas físicas	-	1.191
Manutenção	887	846
Telefone, internet e telefax	-	12.800
Despesas com alimentação	909	28.315
Aluguel	19.634	15.367
Outras despesas	99.025	97.756
Total	<u>460.268</u>	<u>513.882</u>

(a) Refere-se à gastos incorridos para promoção na captação de recursos.

11. DESPESAS PROJETOS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Serviços de terceiros pessoa física	325.838	214.081
Serviços de terceiros pessoa jurídica	389.425	376.079
Alimentação e transporte	25.573	40.173
Articulações	51.408	70.992
Combustíveis e lubrificantes	19.496	43.769
Manutenção e serviços de informática	137.766	82.310
Despesas com restrições	937.862	427.897
Outras despesas	553.136	218.373
Total	<u>2.440.505</u>	<u>1.473.674</u>

12. DESPESAS COM PESSOAL

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Salários e encargos	192.636	101.662
Bolsa estágio	-	6.069
Férias e 13º	47.240	3.404
Outras despesas com pessoal	32.987	3.159
Total	<u>272.862</u>	<u>114.294</u>

13. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimento aplicação financeira	11.801	7.212
Variação cambial	7	93
Total receitas financeiras	<u>11.807</u>	<u>7.305</u>

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
IOF	3.172	2.148
Juros e encargos sobre empréstimos nota 8.1	5.581	29.121
Outras despesas financeiras	2.082	9.148
	<u>10.835</u>	<u>40.417</u>

Total resultado financeiro

<u>973</u>	<u>33.112</u>
------------	---------------

14. INSTRUMENTO FINANCEIRO

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, conforme critérios mencionados nas notas explicativas, a IPTI possui apenas instrumentos básicos. Durante o exercício, a Associação não realizou operações com derivativos financeiros.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>Ativos financeiros</u>		
<u>Mensurados pelo custo amortizado</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	4.766.615	952.114
Contas a receber de clientes	-	428
<u>Passivos financeiros</u>		
<u>Mensurados pelo custo amortizado</u>		
Fornecedores	(5.307)	(8.371)

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Associação não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas por sua Administração.

15. ASPECTOS FISCAIS

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos.

Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou caso apresente em determinado exercício, destine-o integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos sociais da entidade, desde que atendidas as demais condições legais.

A Associação enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e das finalidades da Associação, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a Lei nº 9.532 de 10 de dezembro de 1997, pode proporcionar a perda total da isenção da qual goza a Associação.

Com relação aos demais tributos incidentes sobre as operações próprias de sua atividade, destacamos o seguinte: a Programa de Integração Social - PIS - contribuição de 1% incidente sobre o montante da folha de pagamentos e b Contribuição para a Associação Nacional da Seguridade Social - INSS - pagamento integral das contribuições devidas.

Quanto à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social COFINS, a Medida Provisória MP nº 2.158-35, em seu artigo 14, inciso X, dispôs que, para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1999, são isentas dessa contribuição as receitas relativas às atividades próprias das instituições de caráter cultural a que se refere o artigo 15 da Lei nº 9.532/97; todavia, tais atividades são entendidas pelas autoridades fiscais como sendo as




doações, vendas de serviços, prêmios e convênios inclusive os recursos recebidos de terceiros, destinadas ao custeio e manutenção da instituição e execução de seus objetivos estatutários, mas que não tenham cunho contraprestacional. A Administração da Associação entende que todas as receitas auferidas decorrem de doação, vendas de serviços, prêmios e convênios, não estando sujeitas a incidências da referida contribuição.

As declarações de rendimentos da Associação estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos.

16. EVENTOS SUBSEQUENTES

O aumento do Ativo e o correspondente aumento no Caixa e Equivalentes de Caixa em relação ao período anterior se devem essencialmente ao aumento de Recursos de Projetos e Convênios firmados em 2020, devidamente registrados no balanço apresentado.

Sobre o impacto da pandemia de COVID 19:

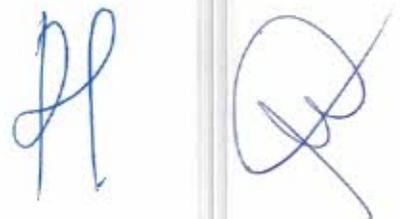
A pandemia do Corona Vírus, "Covid-19" foi declarada em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Face ao cenário de emergência em saúde apresentado, o IPTI tem mantido monitoramento constante sobre a evolução do tema e até o momento não foram identificados impactos relevantes. Seguem as principais informações relacionados ao impacto da Covid-19 na associação:

- 1- Priorização do trabalho remoto (home office);
- 2- Disponibilização de equipamentos de proteção e higiene para os funcionários;
- 3- Suspensão temporária das atividades de campo (in loco) durante os picos da pandemia, atendendo as determinações das autoridades de saúde. Tal fato, poderá gerar em 2021 a necessidade de solicitar aditivo de prazo nos contratos;
- 4- Em 2020 o formato do evento anual de captação de recursos foi alterado da modalidade presencial para o formato remoto digital e ao vivo;
- 5- Diminuição dos custos operacionais relacionados à manutenção das atividades presenciais administrativas e nas despesas relacionadas à deslocamento e viagens nacionais e internacionais.

No mais, não há nenhum evento subsequente a se registrar, considerando que:

- i) Todos os passivos foram registrados e divulgados
- ii) Não há a definição de fatos e nem registros pendentes
- iii) Não houve mudança significativa na equipe ou no quadro de pessoal
- iv) Não houve captação de empréstimo ou endividamento
- v) Não houve nenhuma advertência ou autuação que o IPTI tenha recebido



17. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os órgãos da Administração da Associação examinaram o conjunto completo das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, e concluíram que as referidas demonstrações financeiras traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira e aprovaram sua emissão e divulgação em 25 de fevereiro de 2021.



Mônica Jesus dos Santos
CONTADORA
CPF: 449.921.225-15
CRC/SE 4124/0-2



Rodrigo de Melo Almeida
Diretor Presidente
Instituto De Pesquisas Em Tecnologia E Inovação IPTI